



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

9ª Turma – Processo n.º 0027100-67.2008.5.04.0662 (RO) – Redator Marçal Henri dos Santos Figueiredo – Julgado em 02/12/2009

**“3. PROVA DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

Entende o Ministério Público ser inviável o condicionamento da prova de eventual inobservância pela ré das obrigações fixadas na sentença à apresentação de auto de infração lavrado pela Inspeção do Trabalho.

Com razão.

Segundo o art. 878 da CLT: “A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente, nos termos do artigo anterior.”

Quanto ao procedimento para execução das obrigações de fazer e obrigações de não fazer, utiliza-se no Processo do Trabalho, subsidiariamente, o estipulado nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

Assim, se o credor, Ministério Público, constatar que o devedor, Companhia Minuano de Alimentos, não está cumprindo com as determinações judiciais da presente ação poderá promover a execução do título judicial, demonstrando com provas em direito admitidas a não observância do julgado. **Não é imperioso que venha aos autos um auto de infração, emitido por fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, para o convencimento do juízo quanto ao descumprimento. Basta que o Ministério Público do Trabalho, na condição de fiscal da lei e com todo aparato que possui para tanto, constate, seja por prova testemunhal ou mesmo prova documental, comprovação da manutenção das irregularidades pela demandada. Se vier aos autos auto de infração da Subdelegacia do Trabalho de Passo Fundo, melhor.** No entanto, cumpre ressaltar que tal prova (auto de infração) não implica necessariamente no

entendimento do julgador de que o comando judicial tenha sido descumprido. Até porque o contraditório e ampla defesa da reclamada ficará assegurado por meio dos embargos à execução, previstos no art. 884 da CLT e seguintes.

Assim sendo, dá-se provimento ao recurso do Ministério Público para excluir do comando sentencial que a prova do eventual descumprimento das obrigações impostas na sentença sejam necessariamente comprovadas por meio de auto de infração emitido por fiscal da Subdelegacia de Trabalho de Passo Fundo.”